

As mulheres como objeto sociológico: entre dominação e silenciamento na história da sociologia clássica

Lisa Ferro

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Beja

Artigo recebido a 02/05/2025.

Aceite para publicação a 12/03/2026.

Resumo

A fundação e institucionalização da sociologia foi marcada pela coexistência de duas correntes epistemologicamente divergentes: uma, produzida por homens, de matriz androcêntrica mas imposta como universal, que se tornou dominante, e outra, produzida por mulheres, assente em evidência empírica e orientada para a mudança social, que foi silenciada e apagada da história. Ao traçar o percurso das mulheres enquanto objeto de investigação sociológica por estes dois corpos de produção teórica e empírica, o artigo salienta o carácter situado do conhecimento, refletido, por um lado, numa abordagem periférica e, por outro, central para a compreensão da ordem social moderna.

Palavras-chave: Mulheres; Objeto sociológico; Sociologia clássica.

Women as sociological objects: between domination and silencing in the history of classical sociology

Abstract

The foundation and institutionalisation of sociology were marked by the coexistence of two epistemologically divergent currents: one, produced by men, grounded in an androcentric matrix yet imposed as universal, which became dominant, and another, produced by women, rooted in empirical evidence and oriented towards social change, which was silenced and erased from history. By tracing the trajectory of women as an object of sociological inquiry across these two bodies of theoretical and empirical production, the article highlights the situated character of knowledge, reflected, on the one hand, in a peripheral approach and, on the other, in a central perspective for understanding the modern social order.

Keywords: Women; Sociological object; Classical sociology.

Les femmes comme objet sociologique: entre domination et silence dans l'histoire de la sociologie classique

Résumé

La fondation et l'institutionnalisation de la sociologie ont été marquées par la coexistence de deux courants épistémologiquement divergents: l'un, produit par des hommes, de matrice androcentrique mais imposé comme universel, qui s'est imposé comme dominant et l'autre, produit par des femmes, fondé sur des données empiriques et orienté vers le changement social, qui a été réduit au silence et effacé de l'histoire. En retraçant le parcours des femmes en tant qu'objet d'investigation sociologique au sein de ces deux corpus de production théorique et empirique, l'article met en évidence le caractère situé du savoir, reflété, d'une part, dans une approche périphérique et, d'autre part, centrale pour la compréhension de l'ordre social moderne.

Mots-clés: Femmes; Objet sociologique; Sociologie classique.

Las mujeres como objeto sociológico: entre la dominación y el silenciamiento en la historia de la sociología clásica

Resumen

La fundación e institucionalización de la sociología estuvo marcada por la coexistencia de dos corrientes epistemológicamente divergentes: una, producida por hombres, de matriz androcéntrica pero impuesta como universal, que se convirtió en dominante, y otra, producida por mujeres, basada en evidencia empírica y orientada al cambio social, que fue silenciada y borrada de la historia. Al trazar el recorrido de las mujeres en tanto objeto de investigación sociológica por parte de estos dos cuerpos de producción teórica y empírica, el artículo subraya el carácter situado del conocimiento, reflejado, por un lado, en un enfoque periférico y, por otro, en uno central para la comprensión del orden social moderno.

Palabras clave: Mujeres; Objeto sociológico; Sociología clásica.

Introdução

Nascida no século XIX como promessa de ciência da modernidade, a sociologia propõe explicar os fenómenos sociais nos mesmos termos em que começavam a ser explicados os factos físicos (Aron, 2000; Ritzer, 2011; Touraine, 1982). A *'física social'* (Bastide, 1984; Ritzer, 2011), que Auguste Comte (1798-1857) introduziu no sistema do saber científico e que daria lugar à sociologia, apresentava-se como uma ferramenta racional e sistemática, alicerçada nas leis e nos métodos das ciências naturais, para o estudo da sociedade.

O seu desenvolvimento teórico, metodológico e institucional foi marcado por uma pluralidade de vozes que o posterior processo de construção de uma história oficial reduziu drasticamente, para se centrar num pequeno número de teóricos, tidos como “pais fundadores”. Integrados num cânone, definido por Talcott Parsons ([1937] 1949) e negociado no seio de uma comunidade académica predominantemente masculina, estabeleceram os padrões e os limites da disciplina e adquiriram o estatuto de clássicos da sociologia (Connell, 1997; Daflon & Campos, 2022; Daflon & Chaguri, 2022; Hamlin *et al.*, 2022; Isaksson, 2020).

As grandes narrativas da sociologia clássica – concebidas por homens, brancos e europeus – integraram e enfatizaram conceitos como classe, elite, poder ou dominação, mas foram tecidas a partir de um silêncio quase estrutural em torno das experiências e das realidades das mulheres. Limitadas a um espaço social apenas ocupado pelos homens, apresentam uma leitura do mundo social enviesada e parcial (Connell, 1997; Deegan, 1988, 1981; Hamlin *et al.*, 2022; Lengermann & Niebrugge-Brantley, 1998; Sydie, 1994), que contribuiu para que a disciplina se consolidasse como “uma ciência da sociedade masculina” (Bernard, 1973: 781). O período clássico, em que foi estabelecida a estrutura da teoria sociológica (Munch, 1993), foi, assim, dominado por uma sociologia *malestream* (Chafetz, 1997; Delamont, 2003; O’Brien, 1981), fortemente marcada por uma perspetiva androcêntrica, que privilegiou uma norma masculina, mas foi imposta como universal.

A emergência da segunda vaga de feminismos das décadas de 1960 e 1970 veio resgatar os contributos teóricos, metodológicos e empíricos de um vasto conjunto de autoras que, ainda durante o período de fundação e institucionalização da sociologia, produziram conhecimento sociológico robusto, situado, empírico e baseado em evidência (Alatas & Sinha, 2017; Deegan, 1981; García-Sainz, 2021; Grant *et al.*, 2002; Hamlin *et al.*, 2022; Lengermann & Niebrugge-Brantley, 1998). Preocupadas com a situação das mulheres e de outros grupos vulneráveis e orientadas para a transformação social, romperam com as representações tradicionais da teoria sociológica e colocaram “o foco na vida quotidiana, elevando-a à categoria de observação científica e posicionando-a no centro das suas teorias” (García-Sainz, 2021: 2). Adotando práticas de proximidade com as comunidades, desenvolveram um projeto de crítica e intervenção social, em que investigação e teoria tinham em vista a descrição, análise e

correção das desigualdades (Lengermann & Niebrugge-Brantley, 1998). Constituíram, nesse sentido, um contraponto aos seus contemporâneos, ao centrarem-se em objetos de investigação até então negligenciados, que evidenciaram perspectivas alternativas e contrastantes para a análise dos mesmos fenómenos sociais (Hamlin *et al.*, 2022; Isaksson, 2020).

Apesar do carácter pioneiro dos seus trabalhos e da presença assídua em revistas de referência na área, o afastamento institucional no período de profissionalização da sociologia impediu a legitimação dos seus contributos (Deegan, 1981, 1988; Hamlin *et al.*, 2022), limitando a sua transmissão e receção crítica e impossibilitando a ressonância cultural capaz de lhes atribuir, no futuro, o estatuto de autoras clássicas (Daflon & Campos, 2022; Hamlin *et al.*, 2022). Foram, assim, alvo tanto de mecanismos institucionais e simbólicos de silenciamento (Barros, 2025; Birulés, 1997; Chafetz, 1997; Magda, 1997; Rovai, 2023), como de um posterior apagamento coletivo e estrutural (Daflon & Chaguri, 2022; Delamont, 2003; Hamlin *et al.*, 2022; Lengermann & Niebrugge-Brantley, 1998). Excluídas do espaço discursivo legítimo que, profundamente atravessado por relações de poder, recusou reconhecê-las como “contribuidoras de conhecimento científico social ‘credível’” (Chafetz, 1997: 100), foram, aquando da constituição do cânone, eliminadas da história.

A coexistência no mesmo contexto histórico de dois corpos de produção teórica e empírica epistemologicamente divergentes, marcados por trajetórias disciplinares profundamente assimétricas, evidencia o carácter situado do conhecimento (Haraway, 1988; Harding, 1986) e a sua inscrição nas posições sociais (Chafetz, 1997; O’Brien, 1981) e na experiência genderizada (Isaksson, 2020) de quem o produz. Partindo desse pressuposto, procura-se aqui traçar o percurso das mulheres enquanto objeto de investigação sociológica, revisitando a abordagem periférica de uma sociologia desenvolvida por teóricos homens, de matriz androcêntrica, e a centralidade conferida por uma sociologia paralela, produzida por mulheres, cujas vozes e contribuições foram silenciadas e, posteriormente, apagadas.

Em linha com Isaksson (2020), recorre-se à designação de *sociologia clássica* em referência a ambas as correntes como forma de visibilizar a produção sociológica impedida de adquirir tal

estatuto pelas normas de género e dinâmicas sociais e institucionais vigentes à época. Paralelamente, utiliza-se a adjetivação *masculina* ou *feminina*, enquanto categorias interpretativas, para sublinhar a correspondência observável entre sexo e posicionamento epistemológico, sem reificar tais categorias nem presumir uma homogeneidade interna das experiências e das perspectivas teóricas que lhes estão associadas.

1. A Abordagem periférica da sociologia clássica (masculina) dominante

Não obstante a influência dos protestos internacionais gerados pela primeira vaga de movimentos feministas, que compeliu os (supostos) fundadores da disciplina a abordar, de alguma forma, a *questão das mulheres* (Connell, 1997; Ritzer, 2011; Sydie, 1994), o desenvolvimento da teoria sociológica falhou na identificação e reconhecimento de uma ordem hierárquica que caracterizava as relações entre uns e outros. Ao limitar a definição do social à esfera pública, excluiu o espaço social ocupado pelas mulheres e ignorou grande parte da ação humana e da interação que se propunha analisar. Os primeiros teóricos não só marginalizaram as realidades das mulheres, circunscrevendo-as maioritariamente ao papel de mães, esposas e donas-de-casa – mas não ao de donas-de-casa como trabalhadoras domésticas (Oakley, 2018) –, como a análise das realidades dos homens em função do sexo¹, rejeitando a identificação de uma masculinidade culturalmente instituída na definição das estruturas e dos processos centrais às suas teorias.

De inspiração positivista, a sociologia francesa adotou uma abordagem biológica para a análise da vida social, justificando – e legitimando – uma *natural* assimetria de poderes entre homens e mulheres. Tendo por base a *invariabilidade das leis naturais*, Auguste Comte (1798-1857) considerava, em “*System of positive polity*”, que:

“Superiores em poder emocional, mais capazes de manter tanto o poder intelectual como o de ação em contínua subordinação ao sentimento, as mulheres constituem-se como intermediárias naturais

¹ O termo *género* apenas é introduzido no discurso das Ciências Sociais na década de 1970, com a publicação de “*Sex, gender and society*” de Ann Oakley ([1972], 1985).

entre a Humanidade e os homens. Esta é a sua nobre missão na religião da demonstração. (...) A uniformidade das suas naturezas e posições mostra ainda mais claramente esta qualidade da mulher” (Comte, [1852] 1875: 56).

Parece-lhe, por isso, justificada uma diferenciação radical de atribuições, parecendo-lhe evidente que os homens devam comandar, em função da sua natureza ativa e inteligente, e as mulheres obedecer, dada a sua sensibilidade. A elas compete a função doméstica e a eles o dever de as sustentar. Até porque “no momento em que a mulher abandona o santuário do lar, perde necessariamente a sua maior força, que está mais ligada ao coração do que ao intelecto ou ao carácter” (Comte, [1852] 1875: 256). A convicção de que a maturação das mulheres havia ficado retida na infância justifica a sua inferioridade constitucional e a defesa de uma autoridade patriarcal, absolutamente indispensável à ordem e ao progresso em França.

“Os nossos afetos domésticos tornam-se mais fortes e nobres quando sentimos que nos inspiram com energia renovada para os nossos deveres cívicos. Esta é a única forma pela qual a providência das mulheres pode participar regularmente na vida política. Uma participação mais direta nos assuntos públicos logo macularia a superioridade moral do sexo feminino; pois esta superioridade moral exige, para o seu desenvolvimento, a santidade do lar” (Comte, [1852] 1875: 305).

A abordagem de Comte às mulheres encontra-se profundamente enraizada no contexto intelectual e político do século XIX europeu, marcado pela reorganização da ordem social no pós-Revolução Francesa e pela consolidação da separação entre esfera pública e privada, inscrevendo-se no projeto positivista de estabilização moral da sociedade, em que a família assumia uma função estruturante (Cancian, 2021). A homogeneização das mulheres e a exaltação da sua suposta superioridade moral operaram como mecanismos de dominação simbólica (Bourdieu, 2012), que naturalizaram a divisão sexual do trabalho e a sua exclusão de uma cidadania ativa. A *santidade do lar* surge, assim, como categoria normativa que transforma disposições historicamente situadas em qualidades naturais, convertendo a

diferença em hierarquia e a complementaridade em subordinação, um modelo de ordem social que viria a ser refletido ao longo da teoria sociológica dominante.

Também a visão de igualdade democrática que Alexis de Tocqueville (1805-1859) apreende da análise política e sociológica que faz à sociedade americana em *“Democracy in America”* (Tocqueville, [1840] 2010) pressupõe uma forte diferenciação de papéis determinada pela natureza. Apesar de considerar uma sociedade democrática aquela que se preocupa em eliminar a desigualdade entre as pessoas e os grupos, que prioriza o bem-estar do maior número possível de seres humanos e que tende para a uniformidade dos modos e dos níveis de vida, atribui à desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres um carácter de justiça e racionalidade:

“Não se veem mulheres americanas a liderar assuntos fora da família, a conduzir negócios ou finalmente a entrar na esfera política; mas também não se encontra nenhuma que seja forçada a entregar-se ao trabalho árduo de lavrar ou a qualquer um dos exercícios difíceis que exigem o desenvolvimento da força física” (Tocqueville, [1840] 2010: 49).

Com os direitos das mulheres omissos da sua narrativa – sendo a sua liberdade balizada pelas leis da natureza –, é em função do respeito pela sua honra e dignidade, considerando ser a elas que cabe a manutenção dos valores morais nas sociedades livres, que o teórico francês evidencia e elogia as alterações efetuadas ao Código Penal americano no sentido de punir a violação com pena de morte. Já o pequeno círculo de interesses e tarefas domésticas em que reconhece que as mulheres são enclausuradas, impedindo-as de ir além da esfera privada, é encarado como desejo das próprias e fonte superior de felicidade (Tocqueville, [1840] 2010), uma assunção que contrasta com os resultados posteriormente obtidos por Émile Durkheim (1858-1917) na sua abordagem sociológica ao suicídio.

Em referência a um sistema democrático que proclama igualdade universal, Tocqueville inscreve as mulheres numa cidadania moral tutelada, que as eleva simbolicamente como guardiãs da virtude social, mas as mantém fora da esfera política ativa e do espaço público,

num movimento duplo de proteção e exclusão revelador de um “contrato sexual” (Pateman, 1988) e do paradoxo de inclusão-exclusão identificado por Fraisse (1994).

Também o pensamento de Durkheim sobre a condição social das mulheres e a origem e manutenção da desigualdade se encontra pautado por contradições. Considera, em *“Da divisão do trabalho social”* (Durkheim, [1893] 1999), a diferenciação de funções como a base da solidariedade orgânica e sustenta que “é a divisão do trabalho sexual a fonte da solidariedade conjugal” (Durkheim, [1893] 1999: 22). A sua concepção de igualdade tem por base a complementaridade por via de uma forte especialização e diferenciação de papéis, justificada, como por Comte ([1852] 1875) e Tocqueville ([1840] 2010), pelas diferenças morfológicas. À reprodução da tese de que “o volume do crânio do homem e da mulher (...) apresenta diferenças consideráveis a favor do homem” (Durkheim, [1893] 1999: 23), acrescenta que “um dos sexos monopolizou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais” (Durkheim, [1893], 1999: 26).

O determinismo biológico a que recorre para justificar a posição secundária das mulheres contrasta com a sua tese sobre *“As regras do método sociológico”* (Durkheim, [1895] 2004), publicada apenas dois anos depois e em que estabeleceu que “É, pois, na natureza da própria sociedade que deve procurar-se a explicação da vida social” (Durkheim, [1895] 2004: 128). É, portanto, inesperado e contraditório que, à semelhança do que acontece em *“Da divisão do trabalho social”* (Durkheim, [1893] 1999), volte a invocar em *“Suicide – a study in sociology”* (Durkheim, [1897] 2002) a biologia como fator justificativo e legitimador da desigualdade entre homens e mulheres, mesmo perante a evidência dos efeitos diferenciados que o casamento causa nuns e noutras.

Na sua abordagem sociológica ao suicídio, Durkheim ([1897] 2002) situa-o como um fenómeno essencialmente masculino, demonstrando que, na generalidade e independentemente do ambiente social, atinge quatro vezes mais os homens que as mulheres. Verifica, contudo, que a proporção de mulheres nos suicídios entre pessoas casadas é substancialmente superior ao registado entre pessoas não casadas, podendo atingir o dobro no caso de mulheres casadas sem descendentes, uma tendência que se acentua nos

países onde o divórcio não é permitido ou onde só recentemente foi instituído e que se inverte no caso dos homens. Admite, então, que, sem a possibilidade de divórcio, o casamento se apresenta mais benéfico para eles do que para elas, mas demonstra dificuldade em tecer um argumento exclusivamente fundamentado nas regras do método sociológico que o próprio definiu, voltando a recair em concepções biológicas: “Para que o homem e a mulher sejam igualmente protegidos pela mesma instituição, devem, antes de mais, ser criaturas da mesma natureza” (Durkheim, [1897] 2002: 353).

Essa insistência, ainda que contextualizada aos valores da época, subverteu a premissa central do método que propôs para a sociologia. Apesar de reconhecer que as mulheres experienciam o mundo social de forma diferente que os homens, não dedicou qualquer trabalho ao estudo das suas realidades.

Não obstante o foco das suas análises apresentar divergências, os pioneiros (masculinos) da teoria sociológica em França mostraram-se alinhados na breve abordagem que fizeram à situação das mulheres, aludindo à biologia para justificar a conciliação da desigualdade com o consenso, a racionalidade e/ou a especialização, que consideraram fundamentais para o funcionamento da sociedade.

Referência incontornável na abordagem ao surgimento da sociologia alemã, Karl Marx (1818-1883) reconhece, ao longo da sua obra, a opressão e a exploração das mulheres, ainda que estas não sejam objeto central da sua investigação ou teoria, mas antes referência periférica na análise crítica que faz ao sistema capitalista. Em “*The german ideology*” menciona a divisão sexual do trabalho e a “escavidão latente na família” (Marx & Engels, [1845/46, 1933] 1998: 38), que considera a primeira forma de propriedade privada. No “*Manifesto comunista*” assinala que, “Para o burguês, a mulher nada mais é do que um instrumento de produção” (Marx & Engels, [1848] 2007: 55). E em “*O Capital*” (Marx, [1867] 2013) analisa a (também) exploração capitalista das empregadas fabris. Contudo, esse reconhecimento é encarado como um problema secundário e circunstancial perante a importância da exploração capitalista da classe trabalhadora, encontrando-se omissa da sua teoria a constatação de que

as necessidades e os desafios enfrentados por homens e mulheres, trabalhadoras assalariadas e não assalariadas, são profundamente divergentes.

A principal crítica feminista ao marxismo é precisamente a desvalorização da importância do trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres na esfera doméstica, fundamental para a manutenção do capitalismo (Federici, 2018; Ritzer, 2011; Sydnie, 1994), que é tido como a causa da exploração do proletariado – leia-se “proletariado masculino” (Sydnie, 1994: 94) – e o núcleo central da sua teoria crítica. Não obstante considerar que “O capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social” (Marx & Engels, [1848] 2007: 53), ao centrar a sua análise na metade masculina da força de trabalho – produtivo e assalariado –, Marx contribuiu para a “assunção, predominante no movimento socialista, de que o interesse dos trabalhadores industriais remunerados representava o interesse de toda a classe trabalhadora” (Federici, 2018: 471). Ignorou, assim, a importância do trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres como “a maior atividade neste planeta e uma importante base de divisões dentro da classe trabalhadora” (Federici, 2018: 471), tendo ainda falhado na identificação do patriarcado como impulso fundamental para a emergência do sistema capitalista (Ritzer, 2011; Sydnie, 1994).

Apesar do seu contributo para o desenvolvimento da disciplina, Karl Marx permaneceu à margem da sociologia alemã, que se manteve fragmentada desde o início. Max Weber (1864-1920) e Georg Simmel (1858-1918), que, em 1910, fundaram a *German Sociological Society* (Ritzer, 2011), adquiriram lugar de destaque, tendo sido os seus maiores impulsionadores.

Ainda que não tenha abordado diretamente a emergência dos movimentos das mulheres ou a sua posição social, o casamento e a família, como grupo social fundamental, foram centrais à teoria de Max Weber. O espaço doméstico, enquanto “modo de apropriação, de propriedade, que é tipicamente patriarcal” (Thomas, 1985: 410), torna-se o ponto de partida para uma explicação da racionalização da ação económica e social, estando na origem da subjugação das mulheres.

Na abordagem que faz à dominação, em “*Economia e Sociedade*” (Weber, [1921] 2004), aponta o “poder do chefe de família” (Weber, [1921] 2004: 188) como uma forma de

“dominação em virtude de autoridade (poder de mando e dever de obediência)” (Weber, [1921] 2004: 188). Sustenta que o dever de obediência da mulher “é considerado sem atenção a quaisquer motivos e interesses” (Weber, [1921] 2004: 189), resultando a crença na autoridade doméstica de “antiquíssimas situações naturalmente surgidas”, como “a superioridade normal da energia física e psíquica do homem” (Weber, [1921] 2004: 234).

Alinhado com outros teóricos, atribui às diferenças sexuais o acesso ao poder e à dominação por parte dos homens e a consequente secundarização das mulheres, considerando a desigualdade entre uns e outras como uma condição imutável da vida social. Ainda que se debruce sobre o patriarcado e o reconheça como a organização social do poder exercido sobre mulheres, crianças e pessoas escravizadas, não só o analisa essencialmente à luz das relações entre homens, como a sua abordagem revela uma ambiguidade crítica: descreve-o como forma histórica de dominação, mas tende, simultaneamente, em aceitá-lo como expressão *natural* de uma ordem legítima, não o submetendo ao mesmo escrutínio que aplica a outras formas de autoridade.

Georg Simmel destaca-se, entre os seus contemporâneos, por ter dedicado parte do seu trabalho especificamente ao estudo sobre as mulheres. Intelectual ativo e debruçado sobre o debate em torno da *questão feminina*, num mundo que reconhecia como sendo composto por homens e por mulheres, Simmel não só questionou, explicitamente, o futuro das mulheres na sociedade moderna como evidenciou a existência do viés de género, em que a perspetiva masculina se apresenta como universal (Bianco, 2021; Dahme, 1988; Vromen, 1987). O seu trabalho é, contudo, pautado por ambiguidade e contradições no que respeita à origem das desigualdades que identifica entre homens e mulheres.

Apesar de justificar, na sua abordagem à família e ao casamento em “*On the sociology of the family*” (Simmel, [1895] 1998), a divisão sexual do trabalho numa ótica funcionalista, reconhece a posição inferior que as mulheres ocupam no contexto conjugal enquanto “objeto de propriedade rentabilizável” (Simmel, [1895] 1998: 293). Em “*The philosophy of money*” (Simmel, [1900] 2004), realiza uma profunda análise ao seu valor económico e trabalho produtivo e reprodutivo, constatando que o surgimento de uma economia monetária

contribuiu para piorar a sua condição. Se nos casamentos por compra, em que a base da economia é ainda familiar, as mulheres produzem a sua própria subsistência, extraindo os homens o valor pago por elas diretamente do seu trabalho, com o aparecimento de uma economia monetária, acentua-se a divisão sexual de tarefas e é abandonado o modelo de trabalho diretamente produtivo por parte de ambos os membros do casal, passando os homens a exercer funções no exterior e as mulheres, sujeitas à esfera doméstica, a constituir um encargo, o que dá origem ao modelo de casamento com dote, pago pela família da noiva para atenuar os custos do seu sustento. “Ao fazê-lo, o valor económico da esposa perde, por assim dizer, a sua substância e a sua evidência, uma vez que ela parece agora ser sustentada pelo trabalho do marido” (Simmel, [1900] 2004: 377).

O estabelecimento do poder masculino e a consequente subordinação feminina é, assim, atribuído a “circunstâncias históricas especiais” (Simmel, [1895], 1998: 287), como a instituição da atividade económica, a introdução da propriedade privada e a consequente evolução dos modelos de casamento e da família, o que, na linguagem de Durkheim, poderia ser classificado como explicação do social pelo social.

O reconhecimento do viés de género é particularmente evidente nos ensaios “*Female culture*” (Simmel, [1911a] 1984) e “*The relative and the absolute in the problem of the sexes*” (Simmel, [1911b] 1984), em que sustenta que não só a cultura “não é assexual” (Simmel, [1911a] 1984: 67) como é “totalmente masculina” (Simmel, [1911a] 1984: 67). Tendo por base a “identificação *naïve* de humano com Homem” (Simmel, [1911a] 1984: 67), homens e mulheres são avaliados por referência a determinadas normas que “não são neutras e desligadas da oposição entre os sexos. Pelo contrário, elas próprias são de natureza masculina” (Simmel, [1911b] 1984: 102), o que não só contribui para que os homens sejam privilegiados em relação às mulheres como lhes confere o estatuto de genericamente humanos, “governando da mesma forma os fenómenos do homem individual e da mulher individual (...), facto fundamentado na sua posição de poder” (Simmel, [1911b] 1984: 103).

Simmel debruça-se ainda sobre a situação das mulheres alemãs, cruzando o seu estatuto com a classe social (Simmel, [1917] 2006, [1908a] 2009, [1908b] 2009), ao identificar

reivindicações distintas entre o movimento das mulheres proletárias e o movimento das mulheres burguesas: “(...) uma classe de mulheres quer voltar para casa, a outra quer sair de casa” (Simmel, [1908b] 2009: 400). Essa interseção com a classe social parece indiciar que, contrariamente aos seus contemporâneos, Simmel reconhece que as mulheres não constituem uma massa homogênea de pessoas com vivências, realidades e interesses comuns, antecipando uma discussão que seria, várias décadas mais tarde, central na relação entre feminismos e sociologia.

Ainda que tenda a justificar a desigualdade entre homens e mulheres por via das “circunstâncias históricas especiais” (Simmel, [1895] 1998: 287) e de relações de poder assimétricas socialmente instituídas, recai frequentemente em visões fundamentalmente deterministas, ao considerar que é por referência à sua inferior constituição física que as mulheres “se encontram sempre em perigo de exploração económica e pessoal e de ausência de direitos” (Simmel, [1908a] 2009: 284).

O pensamento de Simmel é, assim, pautado por alguma inconsistência, revelando uma tensão constitutiva entre inovação analítica e alinhamento aos pressupostos dominantes à época. Se, por um lado, a sua problematização do androcentrismo cultural e a identificação do que viria a ser reconhecido como viés de género o distingue do panorama da sociologia clássica (masculina), o recurso a argumentos assentes em diferenças biológicas como base explicativa da vulnerabilidade das mulheres reinscreve-o, por outro, no horizonte normativo partilhado pelos seus contemporâneos e no quadro epistemológico que estrutura o cânone, em que a desigualdade permanecia amplamente compatível com uma ordem social tida como legítima.

Na sociologia britânica, Herbert Spencer (1820-1903) foi uma das figuras dominantes, especialmente no que à teoria evolutiva diz respeito. A sua posição quanto aos direitos das mulheres sofreu, no entanto, uma profunda reviravolta ao longo da sua obra.

Em “*Social statics*” (Spencer, [1851] 1954), dedica-lhes um capítulo em que repudia a sua subjugação aos homens, que considera “descendente da barbárie” (Spencer, [1851] 1954: 153), e critica o despotismo matrimonial legalmente reconhecido, comparando-o à “escravatura” (Spencer, [1851] 1954: 145) e definindo-o como “rude e brutal” (Spencer,

[1851] 1954: 146). Considera que “a equidade não conhece diferença de sexo” (Spencer, [1851] 1954: 138) e que a concessão de direitos políticos às mulheres é “inquestionavelmente correta e boa” (Spencer, [1851] 1954: 152). Aponta ainda o sentido de justiça para justificar a abolição da hierarquia nas relações matrimoniais e defender o acesso das mulheres à esfera pública e política.

A sua mudança de perspectiva, da plena defesa da igualdade entre homens e mulheres para a legitimação da subordinação, é particularmente evidente nas obras que se seguem. Em “*The principles of ethics*” (Spencer, 1896), não só considera que as mulheres não precisam do direito ao voto para autoproteção como alega que não o utilizariam de forma equitativa se o tivessem. Advoga ainda que é o acesso dos homens ao serviço militar e o dever de morrer pelo seu país que lhes confere esse direito:

“Ora, os homens, quaisquer que sejam os poderes políticos que possuam, estão ao mesmo tempo sujeitos à perda da liberdade, à privação e, ocasionalmente, à morte, em consequência de terem de defender o país; e se as mulheres, juntamente com os mesmos poderes políticos, não têm as mesmas responsabilidades, a sua posição não é de igualdade, mas de supremacia” (Spencer, 1896: 166).

Também em “*The principles of sociology*” (Spencer, 1897) associa a divisão sexual do trabalho ao avanço social, considerando que é “parcialmente determinada por este inqualificável despotismo dos homens e parcialmente pelas limitações que certas incapacidades das mulheres acarretam” (Spencer, 1897: 729).

A sua trajetória revela, então, uma oscilação paradigmática que volta a ilustrar as ambivalências da teoria dominante perante a *questão das mulheres*, ao mobilizar, num primeiro momento, uma narrativa liberal de direitos universais para, posteriormente, enquadrar as diferenças sexuais numa matriz evolucionista e organicista que naturaliza a sua exclusão da política.

No que concerne à tradição sociológica italiana, Vilfredo Pareto (1848-1923) surge como a sua figura mais proeminente. Apesar de discutir na sua teoria de mudança social, em “*The mind and society*” (Pareto, [1916] 1935), a distribuição da riqueza e do poder, o equilíbrio

social, a circulação das elites e de se ter debruçado sobre a economia doméstica, que incluía as mulheres como parte da unidade familiar, foi consistente com as normas e preconceitos prevalentes na época, ignorando a sua posição, o seu papel e as suas contribuições nesse domínio.

Desafiados a interpretar as estruturas de uma sociedade marcada por um processo de modernização e de industrialização capitalista, os pioneiros (masculinos) da sociologia francesa, alemã, britânica e italiana mantiveram uma notável marginalização das mulheres enquanto objeto sociológico, raramente traçando investigações especificamente investidas em mapear a sua condição social. Maioritariamente alinhados numa abordagem que foi periférica e circunstancial, ignoraram o espaço social que ocupavam ou trataram-nas como categoria residual no interior de problemáticas definidas a partir da experiência masculina, mas das quais resultaram teorias tidas como universais. Mesmo quando não silenciaram as desigualdades de que eram alvo, aludiram ao determinismo biológico para justificar e legitimar a sua posição subordinada, falhando em reconhecer o género como dimensão constitutiva das hierarquias sociais modernas.

2. A Abordagem central da sociologia clássica (feminina e) silenciada

A emergência da vaga feminista das décadas de 60 e 70 do século XX veio questionar o carácter eurocêntrico e androcêntrico da sociologia clássica dominante e da teoria sociológica produzida e difundida até então, deixando a descoberto não só as inúmeras vozes femininas silenciadas e apagadas da história oficial, como os seus contributos teóricos e metodológicos. O trabalho recuperado, na tentativa de tornar a sociologia numa disciplina da sociedade e não “uma ciência da sociedade masculina” (Bernard, 1973: 781), revela que as mulheres foram objeto central de investigação sociológica e estabelece uma rutura epistemológica com a corrente dominante. Ancorada na experiência situada (Haraway, 1988; Harding, 1986), a sociologia clássica (feminina e) silenciada debruçou-se sobre a articulação entre esfera pública e privada e sobre a problematização das hierarquias de género como estruturantes da ordem social.

A britânica Harriet Martineau (1802–1876) publicou, em 1838, *“How to observe morals and manners”* (Martineau, 1838), um tratado de metodologia sistemática em sociologia que antecede, por quase seis décadas, *“As regras do método sociológico”* (Durkheim, [1895] 2004) definidas por Durkheim, sendo hoje considerada a primeira mulher socióloga (Rossi, 1973). Na análise sociológica que faz aos Estados Unidos da América, a partir da observação social e da identificação de correlações, em *“Society in America”* (Martineau, 1837a, 1837b), não só reconhece as especificidades da sua investigação em função do seu género, revelando ter visto “muito mais da vida doméstica do que poderia ser mostrada a qualquer cavalheiro que viajasse pelo país” (Martineau, 1837a: xii), como se debruça sobre a situação das mulheres em distintos domínios. Num capítulo intitulado *“The political non-existence of women”* (Martineau, 1837a), evidencia a exclusão das mulheres da participação política por via do sufrágio e desafia os critérios de liberdade e igualdade, criticando o senso de justiça americano. Enquanto, em *“Democracy in America”*, Tocqueville ([1840] 2010) sugeriu que a participação política era universal na sociedade americana, sendo essa uma característica distintiva da democracia liberal, Martineau coloca-a em causa, chamando a atenção para a situação das mulheres, das pessoas pobres e das escravizadas, a quem esse direito não era concedido (Martineau, 1837a).

“Nos Estados Unidos, os Governos têm o poder de tributar as mulheres proprietárias de bens; de as divorciar dos seus maridos; de as multar, prender e executar por certos crimes. De onde derivam estes Governos os seus poderes? Não são ‘justos’, pois não derivam do consentimento das mulheres assim governadas” (Martineau, 1837a: 148).

A par do casamento e da saúde, a ocupação e a relação das mulheres com o mercado de trabalho é também alvo de profunda análise, quer no terceiro volume de *“Society in America”* (Martineau, 1837b), quer no artigo *“Female industry”* (Martineau, 1859), em que Martineau demonstrou que estas não se limitavam a ser sustentadas pelos elementos masculinos da família, envolvendo-se em trabalho produtivo e não apenas reprodutivo: “(...) uma grande proporção das mulheres de Inglaterra ganha o seu próprio pão” (Martineau, 1859: 294). Em *“Modern domestic service”* (Martineau, 1862), analisa a atividade doméstica assalariada,

fazendo eco às reivindicações da classe trabalhadora e às críticas das famílias empregadoras, defendendo o acesso à formação no setor.

A produção sociológica de Harriet Martineau distancia-se da dos seus contemporâneos homens em vários aspetos. Ao problematizar a exclusão das mulheres de uma cidadania plena e ao tomar a sua condição como critério de avaliação da legitimidade democrática, expõe as contradições internas do liberalismo político e as ambivalências de um projeto reformista simultaneamente emancipatório e limitativo que, embora crítico da escravatura e da exclusão feminina (Roberts, 2002), permanecia ancorado em pressupostos civilizacionais e morais assentes em categorias biológicas. Acresce a centralidade analítica que atribuiu não só ao trabalho doméstico como ao trabalho assalariado, desempenhado por mulheres, articulando método, empiria e crítica social de forma sistemática.

A, também, britânica Beatrice Potter Webb (1858-1943) dedicou uma vasta investigação às condições de trabalho das operárias londrinas, à pobreza e à sua relação com a economia. *“Pages from a work-girl diary”* (Potter, 1888) resulta, assim, da sua experiência como operária infiltrada numa fábrica de calças com o propósito de analisar as condições de vida e de trabalho das empregadas dos bairros periféricos de Londres. A observação participante permite-lhe revelar a segregação sexual dos postos de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, a discriminação moral entre as empregadas solteiras e as casadas (e consideradas respeitáveis), o alcoolismo, a violência doméstica, a sobrelotação, a falta de instrumentos de trabalho, o desgaste físico e mental e o contraste entre a classe operária e a família empregadora. Denunciou a dupla jornada de trabalho das mulheres operárias e as barreiras que lhes eram impostas pela educação inadequada, apoiando o seu acesso à sindicalização e defendendo a imposição de limites legais ao que as entidades patronais poderiam exigir delas.

No que ao direito ao voto diz respeito, Beatrice Potter Webb parece, contudo, ter percorrido o caminho inverso ao de Spencer. A assinatura de uma petição a opor-se ao sufrágio feminino declarou-a antifeminista, algo que posteriormente classificou como “um passo em falso” (Webb, [1926] 1946: 302) e do qual se retratou. A sua obra vem demonstrar a centralidade da *questão feminina* e o abandono da sua oposição ao movimento das mulheres, pese

embora a nova postura se manifeste por via do apoio ao sufrágio constitucional e não da militância. O seu posicionamento ilustra as tensões existentes entre reforma social e emancipação política das mulheres no interior do pensamento reformista britânico, confirmando que a visibilidade atribuída à *questão feminina* como problema social estruturante não permitiu romper integralmente com os enquadramentos patriarcais da época.

Beatrice Potter Webb foi ainda uma figura incontornável nos debates em torno do desemprego e da pobreza, tendo o seu *Minority Report* (The National Committee to Promote the Break-up of the Poor Law, 1909) vindo a influenciar decisivamente a formação do Estado de Bem-Estar Social na Grã-Bretanha. Ao considerar que não se tratavam de problemas morais ou fenómenos naturais, alicerçados em decisões individuais, mas antes de problemas sociais, com origem na estrutura da economia e da organização social, propunha a eliminação da britânica Lei dos Pobres e a adoção de um sistema universal de segurança social em caso de doença, velhice e desemprego, bem como proteção total na infância, independentemente da classe social.

No panfleto “*The wages of men and women: should they be equal?*” (Webb, 1919), que assina como Mrs. Sidney Webb, sustenta ainda que “o princípio de uma taxa masculina e uma taxa feminina deve ser rejeitado” (Webb, 1919: 33) e questiona as diferentes interpretações da fórmula *salário igual para trabalho igual*. A defesa de salários justos para as operárias ocupou também uma posição central na sua investigação e ação política, contribuindo para deslocar as mulheres do estatuto de beneficiárias passivas de assistência para o de trabalhadoras titulares de direitos.

Já a alemã Marianne Weber (1870-1954) foi pioneira na realização de um trabalho de investigação sobre aquilo a que hoje se denomina de relações de género (Daflon & Campos, 2022), debruçando-se sobre temas como o direito, a cultura, a ciência, o casamento, a maternidade, a família e a dominação patriarcal. Contrariando os clássicos masculinos, que desenvolveram categorias universalizadoras, a sua teoria sociológica caracteriza-se por ter a

situação das mulheres como núcleo central e por ser esse o ponto de vista para a sua análise da modernidade.

Em “*La participación de la mujer en la ciencia*” (Weber Marianne, [1904] 2007), considerado o seu primeiro ensaio de teor feminista (Santos, 2024), avança, em referência ao surgimento da *questão das mulheres*, precisamente que:

“É justamente neste contexto que a cooperação da mulher permitirá reconhecer as manifestações e instituições sociais e económicas na sua relação com o sexo feminino e facilitará a transmissão de pontos de vista desconhecidos para os investigadores do sexo masculino” (Weber Marianne, [1904] 2007: 75).

Sublinha assim a importância para uma ciência que se quer da sociedade de uma epistemologia situada, que reflita a experiência genderizada de quem a produz, como já salientado pelas suas contemporâneas.

Em “*Profesión y matrimonio*” (Weber Marianne, [1905] 2007) evidencia o fosso salarial, e social, existente entre homens e mulheres, mesmo quando elas têm a mesma preparação e realizam o mesmo trabalho. Ao defender que as mulheres casadas também têm direito a um trabalho remunerado, que lhes permita “comer o seu próprio pão” (Weber Marianne, [1905] 2007: 30), sustenta que, só com a aquisição da independência total em relação aos homens, as mulheres poderão “desenvolver plenamente as suas capacidades individuais e abandonar a esfera da sexualidade ditada pela espécie para entrar na esfera da humanidade livre” (Weber Marianne, [1905] 2007: 30). Contestando o determinismo biológico e as leis *naturais* aceites, e defendidas, pelos seus contemporâneos, propõe a adoção de um “seguro integral de maternidade” (Weber Marianne, [1905] 2007: 35) que permitisse fazer face à questão da amamentação. Tal não significava que considerasse que as mulheres se deveriam cingir a funções domésticas e de cuidados parentais, mas antes que essa remuneração contribuía para minimizar a subordinação a que estavam sujeitas por via da total dependência económica.

Do debate com Simmel sobre a cultura feminina resulta “*La mujer y la cultura objetiva*” (Weber Marianne, [1913], 2007), em que reconhece que o autor também reclama uma

autonomia para as mulheres mas contesta que o faça de uma forma tipicamente idealizada, em que o “homem é considerado o portador do genericamente-humano” (Weber Marianne, [1913] 2007: 90).

A sua análise à situação das mulheres e a problematização da sua exclusão científica, dependência económica e dominação patriarcal acentuou o carácter situado do conhecimento e de categorias tidas como neutras pela sociologia clássica dominante, antecipando debates que viriam a marcar o futuro da agenda feminista.

Embora sob influências intelectuais distintas, a sociologia clássica americana parece ter emergido e ter-se institucionalizado em simultâneo com a sociologia clássica europeia. Jane Addams (1860-1935) foi uma das suas figuras mais significativas, tendo fundado, três anos antes da criação do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, a *Hull-House School of Sociology*, cujo trabalho desenvolvido foi apagado da história da disciplina (Deegan, 2018; Fischer, 2019; García-Sainz, 2021; Hamlin *et al.*, 2022). Surgida em 1889, a *Hull-House*, conhecida como a Escola de Sociologia das Mulheres de Chicago, consistia numa rede de mulheres sociólogas afastadas da afiliação institucional e funcionava como centro de análise empírica, estudo e debate e como laboratório para a experimentação de ideias relacionadas com o propósito de melhoria das condições de vida da comunidade, onde se praticava uma *sociologia mainstream*, posteriormente reinterpretada como trabalho social (Deegan, 2018; Fischer, 2019; Hamlin *et al.*, 2022).

Membro da *American Sociological Society* desde a sua fundação, em 1895, e a primeira mulher a publicar um artigo sociológico no recém-criado *American Journal of Sociology*, Jane Addams e *as mulheres de Chicago* proclamavam um conhecimento da sociedade situado – obtido, verificado e validado a partir da experiência social direta – e aplicado, por via de uma sociologia pragmática que relacionava teoria e prática e em que o trabalho académico se encontrava necessariamente comprometido com a mudança social (Fischer, 2019; García-Sainz, 2021; Hamlin *et al.*, 2022). Preocupada com as diferentes relações de poder, Addams

ocupou um lugar central no *settlement movement*² existente na sociedade americana no final do século XIX e contribuiu para a sociologia com uma teoria interpretativa crítica, que se focava não só no entendimento da vida social, como, principalmente, na promoção da melhoria das condições de vida da população, contribuindo para políticas públicas capazes de construir uma sociedade mais justa.

Opôs-se à perspectiva de Durkheim de que o indivíduo nasce da sociedade como resultado de uma influência decisiva e de alcance universal, para destacar o potencial da vontade humana e a sua capacidade de ação sobre o mundo. Ao chamar a atenção para a falta de oportunidades que a sociedade oferecia às mulheres, criticou a visão darwinista de Spencer de que a educação é, por si só, uma alavanca na luta pela sobrevivência e de que o valor do conhecimento reside na sua utilidade social (Conway, 1964).

O seu trabalho sociológico envolveu o estudo sobre os problemas das mulheres numa sociedade urbana, a violência, a prostituição, a educação, a ética, a democracia e as noções de igualdade e liberdade. Em *“Democracy and social ethics”* (Addams, 1905), parte da situação de grupos vulneráveis, entre os quais as mulheres, para defender a ideia de uma ética social, que vincula ao desenvolvimento de um destino comum e à democracia. Num capítulo dedicado às relações parentais analisa o conflito gerado pelo interesse das raparigas numa vida ativa na comunidade, um comportamento encarado como “obstinado e autoindulgente” (Addams, 1905: 74) por contrariar a tradicional subordinação feminina à família e ao espaço do lar. Na abordagem à gestão doméstica não só discorre sobre o “distinto valor económico” (Addams, 1905: 107) que as mulheres de operários detêm face às esposas de empresários bem-sucedidos, como explora a situação de jovens solteiras que prestam serviços domésticos de forma interina, dependendo da vontade da família empregadora para manter contacto e/ou prestar apoio à família de origem, o que contribui para o seu isolamento social. Addams declara-o “antidemocrático” (Addams, 1905: 124), por marcar a “distinção entre o valor da vida familiar de um grupo de pessoas face a outro” (Addams, 1905:

² “*Settlement houses* eram um tipo de habitação comunitária estabelecida em áreas de baixo rendimento que não só proporcionavam espaço para a comunidade local fortalecer os laços sociais, como também ofereciam diversos serviços educativos e sociais, com o intuito de aliviar a pobreza” (Antanavičiūtė, 2023, p. 7).

124). A obra também permite a comparação entre o trabalho doméstico no exterior e o trabalho fabril feminino, em termos de horários, salários, manutenção dos postos de trabalho e conciliação com a vida social e familiar. Perante o argumento de que o trabalho doméstico desempenhado em casas de família é “muito melhor para a saúde e moral da rapariga” (Addams, 1905: 125) do que o trabalho fabril, Jane Addams sustenta que “85% das crianças ilegítimas nascidas são crianças de raparigas que trabalham em casa” (Addams, 1905: 125) e que “dependem do acaso para os amantes que conhecem” (Addams, 1905: 126), por não usufruírem da supervisão e da orientação da família em termos de relacionamentos.

Politicamente ativa por uma reforma progressista, Jane Addams partiu das experiências observadas na *Hull-House* para apoiar, num editorial publicado em 1910 no *The Ladies Home Journal* (Addams, 1910), o sufrágio feminino. A sua posição foi criticada por não apelar ao voto feminino exclusivamente como um direito individual fundamental e por parecer conceder-lhe uma função utilitarista, alicerçada nas constantes referências ao papel doméstico das mulheres. De facto, em “*Why women should vote*” (Addams, 1910), pode ler-se: “(...) Se uma mulher continuar com as suas antigas tarefas de cuidar da casa e criar os filhos, terá de ter alguma consciência em relação a assuntos públicos que estejam completamente fora do seu círculo familiar mais próximo” (Addams, 1910: 21). E, mais adiante: “(...) Se as mulheres desejam continuar eficazmente com as suas antigas ocupações, devem participar na lenta construção daquele código de leis que é o único suficiente para proteger o lar dos perigos inerentes à vida moderna” (Addams, 1910: 21). No entanto, a importância atribuída à domesticidade feminina advém não de concepções naturalistas ou deterministas, ou da convicção de que esta era uma ideia burguesa, mas antes do confronto com a realidade experienciada pela classe trabalhadora residente nas imediações da *Hull-House*. Numa sociedade em clara mudança, Jane Addams reconheceu que as instituições sociais assumiam cada vez mais poder de decisão e influência em assuntos domésticos – como a educação, a manutenção da segurança dos membros da família e a produção de têxteis e bens alimentícios –, responsabilidades, até então, exclusivas dos agregados familiares e historicamente sob a competência das mulheres. O seu argumento é, então, o de que o sufrágio iria “ajudar, e não prejudicar” (Brown, 1995: 186), o lar, reiterando que

“As mulheres com espírito público que desejam usar o voto, tal como as conheço, não querem fazer o trabalho dos homens nem assumir os assuntos masculinos. Querem simplesmente uma oportunidade para fazer o seu próprio trabalho e cuidar dos assuntos que, natural e historicamente, pertencem às mulheres, mas que são constantemente negligenciados e menosprezados nas nossas instituições políticas...” (Addams, 1910: 22).

Preocupada com o impacto da prostituição nas mulheres e com o “tráfico de escravas brancas” (Addams, 1912: x), Jane Addams recorre a registos da Associação de Proteção Juvenil de Chicago e a entrevistas com raparigas e famílias para demonstrar que o envolvimento na prostituição não é pautado pela livre vontade das mulheres. Ainda que elas possam, enquanto adultas, optar por trocar atos sexuais por dinheiro, a sua decisão sofre coerção pelas circunstâncias económicas, falta de apoio social e educação insuficiente ou desadequada, sustenta em *“A new conscience and an ancient evil”* (Addams, 1912).

Foi também essa a conclusão alcançada por Charlotte Perkins Gilman (1860-1935), socióloga norte-americana que colocou o sexo no centro da relação das pessoas com a economia e se debruçou amplamente sobre a dependência económica das mulheres, apontada como causa da sua vulnerabilidade social e entrave ao progresso civilizacional. Tal como Jane Addams, foi membro da *American Sociological Society* desde a sua fundação e publicou consistentemente no *American Journal of Sociology*. À semelhança das suas contemporâneas, clamava para a sociologia um imperativo social: contribuir para a melhoria do futuro da sociedade.

À autora é atribuída (García-Sainz, 2021; Ritzer, 2011) a concetualização daquilo que viria a tornar-se a ideia de género, baseada no conceito de *excessive sex-distinction*, entendido, à época, no quadro das disputas em torno da diferenciação funcional e da organização económica da sociedade industrial e explorado em *“Women and economics”* (Gilman, 1898) como responsável pela atribuição de papéis diferenciados a homens e a mulheres por meio da socialização e causa das condições de vida desiguais.

“(...) consiste em todas as diferenças nos órgãos e funções, na aparência e nas ações, nos hábitos, maneiras, métodos, ocupações e comportamentos que distinguem os homens das mulheres. (...)”

Diferenciamos as nossas indústrias, as nossas responsabilidades, as nossas próprias virtudes segundo critérios de sexo. Portanto, ficará claro que a alegação de distinção de sexo excessiva na humanidade, e especialmente na mulher, não acarreta qualquer ‘reprovação moral’ específica, embora, num sentido mais amplo, revele um mal considerável nos seus efeitos sobre o progresso humano” (Gilman, 1898: 41-42).

Seria, então, esta *distinção de sexo excessiva* a responsável pela dependência económica das mulheres e a principal causa da desigualdade social, o que contraria a perspectiva de Marx, que situa a sua origem na divisão de classes. Tanto em “*Women and economics*” (Gilman, 1898) como em “*The man-made world*” (Gilman, [1911] 1914) e em “*Social ethics*” (Gilman, [1914] 2004), Gilman analisa a situação económica das mulheres e a sua posição num mundo que considera masculino, antecipando muitos dos objetos sociólogos discutidos nos dias de hoje em matéria de género e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres: a dominação masculina a partir do matrimónio, firmada na relação entre um “marido-deus” e uma “mulher-escrava” (Gilman, [1914] 2004: 75), a reprodução de traços e papéis de género na educação das crianças, a construção da(s) masculinidade(s), o trabalho produtivo e a “divisão primitiva do ‘trabalho de homem’ e do ‘trabalho de mulher’” (Gilman, [1914] 2004: 75-76), o “culto ancestral da Superioridade Masculina” (Gilman, [1914] 2004: 73) ou o “absurdo grotesco do duplo código de ética” (Gilman, [1914] 2004: 73), especialmente no que à sexualidade diz respeito.

Gilman considerava que a subjugação das mulheres era imposta por “instintos hereditários enraizados” (Gilman, [1914] 2004: 67), encontrando-se a sociedade “quase irremediavelmente cega por este velho ditado racial que diz: ‘O lugar da mulher é o lar’, e que a manteve, durante todos estes tempos, afastada das relações humanas normais” (Gilman, [1914] 2004: 75).

“Na verdade, não há, nem nunca houve, nada no comportamento do homem que justifique a suposição de que ele é mais semelhante a Deus do que ela; nem os seus pecados e fraquezas particulares corroboram esta teoria. Mas ele assumiu-a durante milhares e milhares de anos; e esta única injustiça incrível é suficiente para

desequilibrar a nossa capacidade de percepção ética” (Gilman, [1914] 2004: 74).

Para Charlotte Perkins Gilman, a defesa dos direitos das mulheres assentava em dois propósitos fundamentais: assegurar a justiça social, por via da liberdade total das mulheres para participação em todas as atividades humanas, e promover o progresso da sociedade, impossível sem o contributo da metade da população subjugada. A independência económica seria a condição fundamental para a emancipação e para que as mulheres pudessem, por fim, cumprir “os seus deveres com a cidade, o estado e a nação” (Gilman, [1914] 2004: 73).

Também, para Anna Julia Cooper (1858-1964),

“(...) nenhuma mulher pode, de forma alguma, colocar-se a si própria ou ao seu sexo fora de quaisquer interesses que afetem a humanidade. Todos os departamentos na nova era devem ser dela, no sentido em que os seus interesses estão em tudo e através de tudo” (Cooper, 1892: 143).

A teoria crítica que desenvolve parte, contudo, da sua posição como mulher americana negra num contexto de conflito e de desigualdades raciais. Ao ser, como todas as mulheres negras, “confrontada tanto por uma questão feminina como por um problema racial” (Cooper, 1892: 134), adota uma perspetiva sociológica que cruza múltiplas identidades como distintas formas de opressão, lançando as bases para o que viria a ser a estrutura da *interseccionalidade* – termo posteriormente cunhado por Kimberlé W. Crenshaw (1989) –, o Feminismo Negro e a *Standpoint Theory*. O seu trabalho criou os alicerces para a construção de uma matriz de análise que reconhece a experiência interseccional como “maior que a soma do racismo e do sexismo” (Crenshaw, 1989: 140), tendo contribuído significativamente para a compreensão das formas de dominação sobre as mulheres afro-americanas. Afasta-se, assim, da consideração de Marx de que a classe social constitui o principal eixo de desigualdade, mas também da de Charlotte Perkins Gilman, que coloca o foco na diferenciação entre homens e mulheres. Para Cooper, é a intersecção entre as várias identidades, inseparáveis e não sequenciais, o que determina a posição social. O seu enfoque teórico assenta numa posição de pluralidade que articula as diferentes desigualdades existentes, não só em função da raça e do sexo mas também da classe e da origem geográfica,

situando especificamente a sua narrativa em “*A voice from the South*” (Cooper, 1892) num Sul dos Estados Unidos da América fortemente marcado pela brutalidade da supremacia branca, pelos linchamentos, pelas violações de grupo e demais formas de dominação.

Crítica da falsa universalização de uma *womanhood* (Cooper, 1892) que, ao tomar as experiências das mulheres brancas como norma, ignorava as condições históricas, as experiências e as realidades das mulheres negras, Anna Julia Cooper contesta também o androcentrismo da ideia de raça.

“(...) nenhum homem pode representar a raça. Quaisquer que sejam as conquistas do indivíduo, a não ser que o seu lar tenha evoluído em igualdade de circunstâncias, ele nunca poderá ser considerado idêntico ou representante do todo. (...) Só a MULHER NEGRA³ pode dizer: “Quando e onde eu entro, na dignidade tranquila e indiscutível da minha feminilidade, sem violência e sem processos judiciais ou favores especiais, então e ali toda a raça negra entra comigo”” (Cooper, 1892: 30-31).

Recusa, ao fazê-lo, não só uma hierarquização entre a *questão racial* e a *questão feminina*, como introduz uma crítica estrutural à *branquitude* (Frankenburg, 1993) como posição não nomeada de poder. Mais do que uma reivindicação identitária, o seu posicionamento constitui uma reconfiguração epistemológica não só da sociologia clássica (masculina) dominante como da sociologia clássica concebida por mulheres brancas, também ancorada na experiência histórica da supremacia e da exclusão das mulheres negras.

Ao considerar que a experiência vivida na marginalidade acarreta vantagens na observação e na crítica das estruturas sociais, facultando acesso a conhecimento indisponível para quem ocupa lugar no centro de uma cultura, Cooper reforça o carácter situado do conhecimento e identifica-o como uma realidade mais subjetiva que objetiva, reconhecendo a existência de uma relação intrínseca entre colonialismo e academia. A sua obra evidencia, por isso, a necessidade de uma “pedagogia emancipatória” (Daflon & Campos, 2022: 23) e de total acesso das mulheres afro-americanas a uma educação que funcione como arena para a

³ Maiúsculas incluídas no original

erradicação do racismo e do sexismo na sociedade e sirva à autorrealização individual e coletiva.

“Concordo que o desenvolvimento intelectual, com a autoconfiança e a capacidade de prover o próprio sustento que ele proporciona, torna a mulher menos dependente da relação matrimonial para sustento físico (que, aliás, nem sempre o acompanha). Também não é obrigada a procurar no amor sexual a única sensação capaz de dar tom e prazer, movimento e vigor à vida que leva. Os seus horizontes expandem-se” (Cooper, 1892: 68-69).

Advoga ainda uma visão do lar como espaço político, ao considerar que “a posição da mulher na sociedade determina os elementos vitais da sua regeneração e progresso. (...) porque é ela quem primeiro deve formar o homem, dirigindo os primeiros impulsos do seu carácter” (Cooper, 1892: 21), e propõe uma organização das formas de trabalho que reconheça as ocupações das mulheres como tal e lhes garanta uma justa remuneração.

A revisitação da sociologia clássica (feminina e) silenciada revela assim, que, contrariamente à abordagem da sociologia clássica (masculina), as mulheres não foram objetos de investigação periféricos mas antes eixos analíticos centrais para a compreensão da ordem social moderna e das dinâmicas de poder e desigualdades estruturais existentes em várias dimensões das esferas familiar, económica, política e social.

A partir de uma epistemologia situada, alicerçada numa experiência genderizada e racializada, e da inserção ativa na vida comunitária, as pioneiras da sociologia recorreram a uma observação privilegiada para questionar a pretensa neutralidade e o universalismo abstrato que marcava a tradição positivista dominante, deslocando o centro interpretativo da disciplina. Sem ambicionar a formulação de teorias universais, desenvolveram uma ciência da sociedade baseada em evidência empírica, articulada com a crítica e a intervenção e fortemente comprometida com a mudança e a justiça social. O foco dos seus estudos impulsionou, décadas mais tarde, o desenvolvimento de teorias críticas feministas, sendo, ainda hoje, objeto de análise, tanto na sociologia como nos estudos sobre as mulheres, de género e feministas.

Considerações finais

A sociologia nasceu no interior de um sistema mundial de poder e consolidou-se, enquanto disciplina científica, sobre um processo de exclusão epistemológica e simbólica das mulheres. Enquanto produtoras de conhecimento foram, apesar da robusta produção teórica e empírica, afastadas da afiliação institucional e estruturalmente silenciadas, num processo que abriu caminho para o seu posterior apagamento da história oficial. Enquanto objeto de investigação, mantiveram-se invisibilizadas como parte integrante da vida social que uma corrente *malestream* (Chafetz, 1997; Delamont, 2003; O'Brien, 1981) se propunha analisar como um todo.

A sociologia dominante “como prática coletiva – isto é, um conjunto de instituições, uma pedagogia e um género de escrita – desenvolveu-se num contexto social específico: entre os homens da burguesia liberal na metrópole” (Connell, 1997: 1527) – uma sociologia clássica (masculina). As teorias universalistas para a compreensão da modernidade e das leis do progresso foram, assim, tecidas a partir de uma matriz androcêntrica, que foi periférica na abordagem às mulheres e as tratou como categoria residual no interior de problemáticas definidas em função dessa experiência situada.

Maioritariamente circunscritas à esfera doméstica, raramente foram mobilizadas como sujeito analítico autónomo, não tendo sido traçadas investigações especificamente focadas em mapear a sua condição social. As arquiteturas teóricas não só as homogeneizaram como remeteram essencialmente para a posição de suporte da ordem social, da moralidade ou da solidariedade conjugal, sendo encaradas como guardiãs da virtude nas democracias modernas (Comte, [1852] 1875; Durkheim, [1893] 1999; Tocqueville, [1840], 2010), uma exaltação que operou como mecanismo de dominação simbólica (Bourdieu, 2012).

Apesar do reconhecimento da dominação patriarcal no casamento (Marx & Engels, [1845/46, 1933] 1998; Spencer, [1851] 1954; Weber, [1921] 2004), o determinismo biológico foi sistematicamente resgatado como fator de legitimação, sendo essa mesma perspetiva naturalista utilizada para justificar a divisão sexual do trabalho (Durkheim, [1893] 1999; Spencer, 1897; Tocqueville, [1840] 2010) e a exclusão de direitos políticos (Spencer, 1896).

Também na crítica ao sistema capitalista (Marx, [1867] 2013; Marx & Engels, [1848] 2007, [1845/46; 1933] 1998), as mulheres permaneceram subordinadas à centralidade analítica do trabalho produtivo masculino, sendo omissa a referência ao trabalho reprodutivo que desempenhavam.

Ainda que a problematização do androcentrismo cultural, a identificação do viés de gênero e o cruzamento entre sexo e classe social tenham afastado Simmel [1911a] 1984, [1911b] 1984, [1908a] 2009, [1908b] 2009, [1900] 2004, [1895] 1998) dos pressupostos dominantes, a ambivalência do seu pensamento e o recurso à biologia como base explicativa para a vulnerabilidade das mulheres reinscreve-o no quadro epistemológico partilhado pelos seus contemporâneos.

À margem da tradição consagrada, a sociologia clássica (feminina e) silenciada adotou a observação empírica e participante como método privilegiado e, partindo também de uma experiência situada, mas que não se pretendia universal, concentrou-se em temas estruturantes para a análise crítica das desigualdades e promoção da justiça social. Rompendo com a separação entre esfera pública e privada e com a ideia de essencialismo feminino, colocou as mulheres como objeto central de investigação sociológica e revelou as contradições estruturais da sociedade moderna.

Mais do que contributos dispersos, evidenciam-se eixos comuns: a análise às condições de vida e de trabalho, tanto doméstico como assalariado (Addams, 1905; Martineau, 1862; 1859; 1837b; Potter, 1888; Weber Marianne, [1905] 2007), a denúncia da desigualdade salarial (Gilman, [1914] 2004; 1898; Martineau, 1859; Webb, 1919; Weber, Marianne [1905] 2007) e da exclusão política (Addams, 1910; Martineau, 1837a; 1837b; Webb, 1919), a problematização da dependência económica (Cooper, 1892; Gilman, [1914] 2004, 1898; Martineau, 1837a; Weber Marianne, [1905] 2007), a dominação patriarcal (Cooper, 1892; Gilman, [1914] 2004; Martineau, 1837a; Weber Marianne, [1913], 2007) e a preocupação com a saúde (Addams, 1905; Martineau, 1837b), a maternidade (Addams, 1905; Cooper, 1892; Weber Marianne, [1905], 2007), a educação (Addams, 1905; Cooper, 1892; Gilman, [1914]

2004; Potter, 1888), a justiça (Cooper, 1892; Gilman, [1914] 2004; Martineau, 1837a) e a ética social (Addams, 1905; Gilman, [1914] 2004; Martineau, 1837a, 1837b).

Ao confrontar a sociologia com as suas próprias lacunas, as sociólogas clássicas redesenharam as fronteiras do conhecimento sociológico. Esta ampliação dos objetos de investigação permitiu-lhes evidenciar a desigualdade entre homens e mulheres como um princípio organizador, e não derivado, da ordem social moderna, sendo a crítica à naturalização dessa hierarquia indissociável da identificação das estruturas que a sustentavam.

Apesar do recurso a um princípio metodológico unificador, assente na experiência concreta das mulheres, a sociologia clássica (feminina e) silenciada não esteve isenta de clivagens internas, tendo Anna Julia Cooper (1892) questionado o seu (também) carácter branco e burguês, o que inviabiliza uma leitura essencialista deste legado. A conceptualização do que viria a ser o conceito de *interseccionalidade* – termo posteriormente cunhado por Kimberlé W. Crenshaw (1989) – reflete, por um lado, as tensões intelectuais e políticas existentes à época, mas permite, por outro, compreender a genealogia retrospectiva de categorias hoje centrais aos estudos sobre as mulheres, de género e feministas e salientar a pluralidade constitutiva da sociologia.

Ao reinscrever as mulheres como produtoras de conhecimento e objeto sociológico no interior da sociologia clássica europeia e norte-americana, o artigo contribui para repensar criticamente a história e o ensino da disciplina. Não obstante, permanece, também ele, circunscrito a uma matriz ocidental, o que limita o alcance analítico da reconstrução proposta. Investigações futuras deverão, por isso, aprofundar uma perspetiva explicitamente interseccional, capaz de integrar género, raça, classe e outras linhas de diferenciação social na reinterpretação da corrente silenciada e na reconfiguração dos seus contributos.

Nota

O artigo é parte integrante de um capítulo mais vasto da tese de doutoramento em Sociologia que a autora se encontra a desenvolver na Universidade de Évora.

Financiamento

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto com o identificador DOI: <https://doi.org/10.54499/2022.13105.BD>.

Referências bibliográficas

- ADDAMS, Jane (1905), *Democracy and social ethics*, The MacMillan Company.
- ADDAMS, Jane (1910), " Why women should vote", *Ladies Home Journal*, 27, pp. 21-22. <https://digital.janeaddams.ramapo.edu/items/show/6155>
- ADDAMS, Jane (1912), *A new conscience and an ancient evil*, The MacMillan Company.
- ALATAS, Syed Farid; & SINHA, Vineeta (2017), "Introduction: eurocentrism, androcentrism and sociological theory", In Syed Farid Alatas e Vineeta Sinha (Eds.), *Sociological theory beyond the canon*, Palmgrave MacMillan, pp. 1-16.
- ANTANAVIČIŪTĖ, Marija (2023), "Jane Addams's feminist pragmatism and international political thought - Hull House as a site of international social ethics", *European Journal of Pragmatism and American Philosophy*, XV-1, pp. 1-17. <https://doi.org/10.4000/ejpap.3234>
- ARON, Raymond (2000), *As etapas do pensamento sociológico*, Martins Fontes.
- BARROS, Vitoria (2025), "Entre silêncios e apagamentos: as razões para a escassez de arquivos de e sobre mulheres", *Estudos Históricos*, 37 (84), pp. 1-20. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420250411>
- BASTIDE, Paul Arbousse (1984), *Auguste Comte*, Edições 70.
- BERNARD, Jessie (1973), "My four revolutions: an autobiographical history of the ASA", *American Journal of Sociology*, Vol. 78 (4), pp. 773-791. <https://www.jstor.org/stable/2776603>
- BIANCO, Adele (2021), "The female absolute and the relative male - the gender relations according to Georg Simmel", *Simmel Studies* 25(2), pp. 85-113. <https://doi.org/10.7202/1088065ar>
- BIRULÉS, Fina (1997), "Indicios y fragmentos: historia de la Filosofía de las mujeres", In Rosa Maria Rodriguez Magda (Ed.), *Mujeres en la historia del pensamiento*, Anthropos, pp. 17-32.
- BOURDIEU, Pierre (2012), *A dominação masculina*, Bertrand Brasil.

FERRO, Lisa (2026),

"As mulheres como objeto sociológico: entre dominação e silenciamento na história da sociologia clássica", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. LIV, pp. 47 - 83
DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc54a2>

BROWN, Victoria Bissell (1995), "Jane Addams, progressivism, and woman suffrage: an introduction to "Why women should vote", In Marjorie Spruill Wheeler (Ed.), *One woman, one vote - rediscovering the woman suffrage movement*, Newsage Press, pp. 179-202.

CANCIAN, Renato (2021), "Auguste Comte revisited: positivism, sociological theory and social intervention", *Revista Sem Aspas*, 10, pp. 1-16. <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.15744>

CHAFETZ, Janet Saltzman (1997), "Feminist theory and sociology: underutilized contributions for mainstream theory", *Annual Review of Sociology*, 23, pp. 97-120. <https://www.jstor.org/stable/2952545>

COMTE, Auguste ([1852] 1875), *System of positive polity - Vol. II*, Longsmans, Green and Company.

CONNELL, Raewyn W. (1997), "Why is classical theory classical?", *American Journal of Sociology*, 102(6), pp. 1511-1557. <https://doi.org/10.1086/231125>

CONWAY, Jill (1964), "Jane Addams: an american heroine", *Daedalus*, 93(2), pp. 761-780. <http://www.jstor.org/stable/20026854>

COOPER, Anna Julia (1892), *A voice from the South, by a black woman of the South*, The Aldine Printing House.

CRENSHAW, Kimberlé W. (1989), "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics", *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), pp. 139-167. <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>

DAFLON, Verônica Toste; & CAMPOS, Luna Ribeiro (2022), "Introdução", In Verônica Toste Daflon e Luna Ribeiro Campos (Eds.), *Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX*, Eduff, pp. 17-38.

DAFLON, Verônica Toste; & CHAGURI, Mariana Miggiolaro (2022), "Mulheres na Teoria Social: presente e passado para uma sociologia plural", *Sociologias*, 24 (61), pp. 16-24. <https://doi.org/10.1590/18070337-129026>

DAHME, Heinz-Jürgen (1988), "On Georg Simmel's sociology of the sexes", *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 1(3), pp. 412-430. <https://www.jstor.org/stable/20006862>

DEEGAN, Mary Jo (1981), "Early women sociologists and the American Sociological Society: the patterns of exclusion and participation", *The American Sociologist*, 16(1), pp. 14-24. <https://www.jstor.org/stable/27702438>

DEEGAN, Mary Jo (1988), "Transcending a patriarchal past: teaching the history of women in sociology", *Teaching Sociology*, 16(2), pp. 141-150. <https://doi.org/10.2307/1317414>

DEEGAN, Mary Jo (2018), "Jane Addams, her neighbors and the Hull-House School of Sociology: on race, class, gender, and peace, 1889–1935", In Vessela Misheva e Andrew Blasko (Eds.), *Jane Addams' sociology and the spirit of social entrepreneurship*, Uppsala Universitet, pp. 39-56.

DELAMONT, Sara (2003), *Feminist sociology*, SAGE Publications.

DURKHEIM, Émile ([1893] 1999), *Da divisão do trabalho social*, Martins Fontes.

DURKHEIM, Émile ([1895] 2004), *As regras do método sociológico*, Editorial Presença.

DURKHEIM, Émile ([1897] 2002), *Suicide – a study in sociology*, Routledge.

FEDERICI, Sílvia (2018), "Marx and feminism", *Triple C: Communication, Capitalism & Critique*, 16(2), pp. 468-475. <https://doi.org/https://doi.org/10.31269/triplec.v16i2.1004>

FISCHER, Marilyn (2019), *Jane Addams's evolutionary theorizing - constructing "Democracy and social ethics"*, The University of Chicago Press.

FRAISSE, Geneviève (1994), *Reason's muse: sexual difference and the birth of democracy*, The University of Chicago Press.

FRANKENBURG, Ruth (1993), *White women, race matters: the social construction of whiteness*, Routledge

GARCÍA-SAINZ, Cristina (2021), "Sociólogas fundadoras, la memoria oculta de la sociología", *Revista Española De Sociología*, 30(2), pp. 1-21. Disponível em: <https://doi.org/10.22325/fes/res.2021.38>

GILMAN, Charlotte Perkins (1898), *Women and economics – a study of the economic relation between men and women as a factor in social evolution*, Small, Maynard and Company.

GILMAN, Charlotte Perkins ([1911] 1914), *The man-made world or our androcentric culture*, Charlton Company.

GILMAN, Charlotte Perkins ([1914] 2004), *Social ethics - sociology and the future of society*, Praeger.

- GRANT, Linda; STALP, Marybeth C.; & WARD, Kathryn B. (2002), "Women's sociological research and writing in the *AJS* in the Pre-World War II Era", *The American Sociologist*, 33, pp. 69–91. <https://doi.org/10.1007/s12108-002-1012-4>
- HAMLIN, Cynthia Lins; WEISS, Raquel Andrade; & BRITO, Simone Magalhães (2022), "In defense of a polyphonic sociology: introducing female voices into the sociological canon", *Sociologias*, 24(61), pp. 26-59. <https://doi.org/10.1590/18070337-125407-EN>
- HARAWAY, Donna (1988), "Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective", *Feminist Studies*, 14(3), pp. 575-599. <https://doi.org/10.2307/3178066>
- HARDING, Sandra (1986), *The science question in feminism*, Cornell University Press.
- ISAKSSON, Anna (2020). "Classical sociology through the lens of gendered experiences", *Frontiers in Sociology*, 5, pp. 1-8. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2020.532792>
- LENGERMANN, Patricia Madoo; & NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill (1998), "Present at the creation - women in the history of sociology and social theory", In Patricia Madoo Lengermann e Jill Niebrugge-Brantley (Eds.), *The Women Founders: Sociology and Theory, 1830–1930*, Waveland Press, pp. 1-21.
- MAGDA, Rosa Maria Rodriguez (1997), "Introducción", In Rosa Maria Rodriguez Magda (Ed.), *Mujeres en la historia del pensamiento*, Anthropos, pp. 7-14.
- MARTINEAU, Harriet (1837a), *Society in America - Volume I*, Saunders and Otley.
- MARTINEAU, Harriet (1837b), *Society in America - Volume III*, Saunders and Otley.
- MARTINEAU, Harriet (1838), *How to observe morals and manners*, Charles Knight and Company.
- MARTINEAU, Harriet (1859), "Female industry", *The Edinburgh Review*, CCXXII, pp. 293-336.
- MARTINEAU, Harriet (1862), "Modern domestic service", *The Edinburgh Review*, 115 (234), pp. 409-439.
- MARX, Karl ([1867] 2013), *O capital: crítica da economia política, Livro 1 - o processo de produção do capital*, Boitempo Editorial.
- MARX, Karl; & ENGELS, Friedrich ([1845/46, 1933] 1998), *The german ideology*, Prometheus Books.
- MARX, Karl; & ENGELS, Friedrich ([1848] 2007), *Manifesto comunista*, Boitempo Editorial.

- MUNCH, Richard (1993), *Sociological theory: from the 1850s to the 1920s*, Walsworth Publishing Company.
- OAKLEY, Ann ([1972], 1985), *Sex, gender and society*, Temple Smith.
- OAKLEY, Ann (2018), *The sociology of housework*, Policy Press.
- O'BRIEN, Mary (1981), *The politics of reproduction*, Routledge
- PARETO, Vilfredo ([1916] 1935), *The mind and the society - Trattato di sociologia generale*, Harcourt, Brace and Company.
- PARSONS, Talcott ([1937] 1949), *The structure of social action*, The Free Press.
- PATEMAN, Carole (1988), *The sexual contract*, Polity Press.
- POTTER, Beatrice (1888), "Pages from a work girl's diary", *The Nineteenth Century*, 24 (139), pp. 301-314.
- RITZER, George (2011), *Sociological theory*, McGraw-Hill.
- ROBERTS, Caroline (2002), *The woman and the hour: Harriet Martineau and Victorian ideologies*, University of Toronto Press.
- ROSSI, Alice S. (1973), "The first woman sociologist: Harriet Martineau (1802-1876)", In Alice S. Rossi (Ed.), *The feminist papers - from Adams do De Beauvoir*, Bantam Books, pp. 118-124.
- ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (2023), "O silenciamento de gênero: a palavra que subverte", *Revista Brasileira de História*, 43 (94), pp. 17-39. <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n94-03>
- SANTOS, P. d. (2024), "Outros gêneros, outras modernidades: contribuições de Marianne Weber para uma teoria social clássica generificada", *Sociologia & Antropologia*, 14 (1), pp. 1-22. <https://doi.org/10.1590/2238-38752024V1417>
- SIMMEL, Georg ([1895] 1998), "On the sociology of the family", *Theory, culture and society*, 15(3-4), pp. 283-293. <https://doi.org/10.1177/0263276498015003014>
- SIMMEL, Georg ([1900] 2004), *The philosophy of money*, Routledge.
- SIMMEL, Georg ([1908a] 2009), *Sociology - inquiries into the construction of social forms - Volume 1*, Brill.
- SIMMEL, Georg ([1908b] 2009), *Sociology - inquiries into the construction of social forms - Volume 2*, Brill.

SIMMEL, Georg ([1911a] 1984), "Female culture", In Guy Oakes (Ed.), *Georg Simmel: on women, sexuality, and love*, Yale University Press, pp. 65-100.

SIMMEL, Georg ([1911b] 1984), "The relative and the absolute in the problem of the sexes", In Guy Oakes (Ed.), *Georg Simmel: on women, sexuality, and love*, Yale University Press, pp. 102-132.

SIMMEL, Georg ([1917] 2006), *Questões fundamentais da Sociologia - indivíduo e sociedade*, Zahar.

SPENCER, Herbert ([1851] 1954), *Social statics*, Robert Schalkenbach Foundation.

SPENCER, Herbert (1896), *The principles of ethics, Volume II*, D. Appleton and Company.

SPENCER, Herbert (1897), *The principles of sociology, Volume 1*, D. Appleton and Company.

SYDIE, Rosalind Ann (1994), *Natural women, cultured men - a feminist perspective on sociological theory*, UBC Press.

THE NATIONAL COMMITTEE TO PROMOTE THE BREAK-UP OF THE POOR LAW (1909), *The Minority Report of the Poor Law Comission*, The National Committee to Promote the Break-up of the Poor Law.

THOMAS, J. J. (1985), "Racionalization and the status of gender divisions", *Sociology*, 19(3), pp. 409-420. <https://www.jstor.org/stable/42853423>

TOCQUEVILLE, Alexis de ([1840] 2010), *Democracy in America: historical-critical edition, Volume 4*, Liberty Fund.

TOURAINÉ, Alain (1982), *Pela sociologia*, Publicações Dom Quixote.

VROMEN, Suzanne (1987), "Georg Simmel and the cultural dilemma of women", *History of European Ideas*, 8 (4-5), pp. 563-579. [https://doi.org/10.1016/0191-6599\(87\)90151-3](https://doi.org/10.1016/0191-6599(87)90151-3)

WEBB, Beatrice ([1926] 1946), *My apprenticeship*, Longmans, Green and Co.

WEBB, Mrs. Sidney (1919), *The wages of men and women: should they be equal?*, Fabian Society.

WEBER, Marianne ([1904] 2007), "La participación de la mujer en la ciencia", In Marianne Weber (Ed.), *La mujer y la cultura moderna - tres ensayos*, Archivos del Índice, pp. 60-79.

WEBER, Marianne ([1905] 2007), "Profesión y matrimonio", In Marianne Weber (Ed.), *La mujer y la cultura moderna - tres ensayos*, Archivos del Índice, pp. 25-59.

WEBER, Marianne ([1913] 2007), "La mujer y la cultura objetiva", In Marianne Weber (Ed.), *La mujer y la cultura moderna - tres ensayos*, Archivos del Índice, pp. 80-153.

WEBER, Max ([1921] 2004), *Economia e sociedade - fundamentos da sociologia compreensiva*, Volume 2, Editora Universidade de Brasília.

Lisa Ferro.

Lab_AT – Laboratório de Animação Territorial, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Beja, Portugal. Estrada de Cuba, nº 27, 7960-213 Vidigueira. ORCID ID: 0000-0002-2963-8222.

E-mail: lisa.ferro@ipbeja.pt